

Café no Brasil: dois séculos de história

Julio Hidemitsu Corrêa Nagay¹

Apresentação

O café é um produto extremamente popular no mundo. Sendo característico de regiões intertropicais, o cafeeiro necessita de um clima quente e úmido, além de solo rico, sendo o de terra roxa o tipo onde a planta apresenta grande produtividade. O desenvolvimento inicial de suas mudas é lento: o cafeeiro só atinge sua produção máxima a partir dos cinco anos. O fruto começa a nascer quando a árvore está em floração e amadurece, indo do verde ao vermelho.

O Brasil é líder no mercado de café, participando com aproximadamente 33% da produção mundial. Logo em seguida, está a Colômbia, com 10% do mercado, a Indonésia, com 6% e o México, que detém 5%. A África, cujo país de maior produção é Costa do Marfim, participa com 20% do mercado. A América Central também tem peso importante no mercado cafeeiro, com 14% da produção mundial. Os consumidores de maior peso são os Estados Unidos que importam aproximadamente um terço do café cultivado no mundo e a Europa.

As cotas de exportação de cada país, assim como as políticas de comercialização do café são estabelecidas pela OIC (Organização Internacional do Café). A América Latina tem grande importância na determinação dos preços internacionais do café, pois produz mais da metade do café mundial. As cotações sofrem variações ao longo do tempo, como qualquer *commodity* agrícola, devido à: especulações do mercado, influências climáticas, níveis dos estoques mundiais (quanto menor o estoque, mais altos são os preços) e produção mundial (quanto maior a produção, menor o preço).

(1) Graduando – 4º ano (UNICAMP. Instituto de Economia).

A cafeicultura foi vital para o desenvolvimento e modernização do Brasil, líder no mercado cafeeiro desde o século passado. Entre os dez setores da economia brasileira que geram mais emprego e maior crescimento econômico, em relação a agroindústria, a indústria do café ocupa a segunda colocação. A produção de café no país está praticamente toda concentrada na região sudeste. O maior produtor atual do país é Minas Gerais, que produz 38% do café brasileiro. Em segundo lugar vem São Paulo, com 20%, seguido por Espírito Santo, com 17% e Paraná, com 13% do café nacional.

Introdução histórica da cafeicultura brasileira

Após a Independência do Brasil, a base da economia nacional passou a ser o café. O cultivo e a expansão do produto no país atravessaram algumas fases históricas bem definidas.

A primeira teve base no trabalho compulsório e como principal cenário o Vale do Paraíba. De 1860 ao início de 1880 a produção desta região atingiu seus níveis de opulência. Porém, no decorrer dos anos 80, o vale entra em decadência.

“Ao mesmo tempo em que a abolição dos escravos foi o golpe de misericórdia nas velhas fazendas do Vale do Paraíba, a proclamação da República foi o desdobramento desse processo de decadência, pois aqueles fazendeiros representavam uma das mais sólidas bases políticas da monarquia” (Moraes, 1989).

A próxima fase da expansão cafeeira ocorreu no Oeste Paulista. A produção que se desenvolveu no local deu-se de forma distinta: ao invés do trabalho escravo, utilizou-se o trabalhador livre (imigrantes); em vez dos barões, coronéis do Partido Republicano Paulista; e houve a implantação das estradas de ferro. Tal fase, base da República Velha, durou até o final da década de 20.

A terceira fase, desenvolvida no extremo oeste paulista e no norte do Paraná, é caracterizada pela existência de pequenas propriedades e a cooperativa.

Uma última fase inicia-se em 1973, com o deslocamento dos cafezais para o Cerrado Mineiro. Há uma forte renovação da cafeicultura

nacional, com utilização intensiva de tecnologia na produção. Assim como na fase anterior, os produtores mineiros possuem propriedades de pequenas dimensões.

O café no Brasil

As primeiras mudas de café foram trazidas da Guiana Francesa e plantadas no Pará, por volta de 1730. Porém, o cafeeiro não conseguiu se fixar na região amazônica, devido às condições naturais não favoráveis. Tampouco teve sucesso no Nordeste. Chegou ao Rio de Janeiro aproximadamente em 1760, espalhando-se pela região e transformando a província de Vassouras na capital do café brasileiro, no começo do séc. XIX. Até 1860, a produção de café do Rio de Janeiro era líder no país, atingindo 78,5% da produção total. São Paulo ficava em segundo lugar com 12,1%.

A partir de 1880, a situação econômica do café do Vale do Paraíba, começa a ficar ruim, devido à pouca utilização de novas técnicas na produção, ao processo abolicionista, crise de superprodução em 1897 e à política deflacionista de 1898 a 1902.

O café encontrou uma série de limitações de terra, tanto para a sua expansão, como para o rendimento econômico. A erosão e a exaustão diminuíram ainda mais a oferta de terras, provocando deslocamentos para o Oeste Paulista.

Em relação à questão do uso de trabalho compulsório, a proibição do tráfico negreiro encareceu e dificultou a aquisição de escravos. Com a elevação do preço da mão-de-obra, o café tendeu a especialização, reduzindo os cultivos alimentares e aumentando os gastos com a compra de meios de subsistência para a força de trabalho.

No Oeste Paulista, o café encontrou amplas extensões de terra, boas condições climáticas, fertilidade e topografia favoráveis. As técnicas aplicadas eram mais eficientes que em outras regiões e pôde-se arranjar melhor os escravos dentro dos cafezais. Porém, em 1880, o trabalho escravo entra em crise, abrindo espaço para a transição ao trabalho livre. De 1886 em

diante, o crescente fluxo migratório solucionou o problema de escassez de mão-de-obra. Devido a estes fatores, a produtividade física era maior. A alta produtividade exigia mais plantios, fazendo o café se deslocar para o interior. Isso aumentou os custos de transporte, acarretando implantação de ferrovias.

Com a chegada do café no Oeste Paulista, se acentuou a concentração de propriedade. A expansão das fazendas deu-se com base na grande propriedade. A organização era diferenciada, pois era centrada nas grandes fazendas, próximas às ferrovias, e a organização da produção era feita com base no trabalho livre, de imigrantes europeus.

A República permitiu maior autonomia para os governos provinciais. Os fazendeiros de café demonstraram então o deslocamento real do centro de poder do Nordeste para o sudeste. Executaram então políticas compatíveis com os interesses da nova classe dominante.

Em 1898, consolida-se a primeira grande crise cafeeira. O governo enfrentava dois problemas: a queda dos preços internos e externos do café e as finanças do Estado em pleno declínio. Em 1906 a crise se torna intolerável. A solução encontrada é a “política de valorização” ou “intervenções valorizadoras”. Com estas, a burguesia cafeeira utilizou seu poder de monopólio para manipular os preços internacionais.

O Convênio de Taubaté é realizado em fevereiro de 1906, pelos três maiores estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), com o objetivo de valorizar o café. Estabeleceu-se: fixação de um preço mínimo para o café, com retenção de parte da produção, correspondente ao excedente do consumo mundial. Uma sobretaxa garantiria os recursos necessários à compra do produto no mercado interno. Para o esquema funcionar seria necessária a presença do governo federal, que além de emprestar moeda brasileira garantiria empréstimos externos.

As intervenções nos mercados foram medidas realizadas de forma a defender os interesses das forças políticas do Sudeste. Tais intervenções ocorreram em períodos distintos: de 1906/18, devido à alta expansão da produção; entre 1917/20, ocorreu a segunda operação, procurando minimizar

complicações no mercado internacional geradas pela Primeira Guerra Mundial, regulando o mercado em função da manutenção dos preços; a terceira intervenção ocorreu entre 1921/24, quando houve redução das compras internacionais com pressão sobre os preços internos, exigindo a formação de estoques governamentais. De modo geral, todas as intervenções foram bem sucedidas.

Com a Crise de 29, a quebra da Bolsa de Nova Iorque, as intervenções não mais funcionaram, pois as fontes externas de recursos eram escassas e a produção interna pressionava e superava o orçamento do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Instaura-se o caos na produção cafeeira.

As grandes fazendas de café da região de Ribeirão Preto foram divididas, dando lugar a uma nova estrutura produtiva. O preço e condições de pagamento destes novos lotes eram acessíveis a pequenos produtores.

“Essa desagregação do capital agrário representado pelas grandes companhias produtoras de café, representou a saída do grande capital comercial da presença direta no processo de produção de café” (Gonçalves, 1997).

O acesso à terra pelos ex-colonos se deu tanto nas áreas antigas de café, como nas novas frentes de expansão da fronteira agrícola: extremo-oeste paulista e norte-paranaense.

Após a Crise de 29, o poder político passa da esfera estadual para o Governo Federal. A crise cafeeira de 1930 reflete a crise econômica e resulta das políticas cafeeiras de valorização, que aumentaram em muito a capacidade de produção. Realiza-se então, um novo encontro entre cafeicultores, de onde nasce o Conselho Nacional do Café, que inicia um ajuste da capacidade produtiva à demanda e impõe uma série de medidas, como a queima de estoques (mais de 78 milhões de sacas de café foram queimadas).

No início dos anos 50, é restabelecido o sistema de defesa. Além disso, o governo anuncia a compra de café, sempre que necessário, para a sustentação dos preços. Em 1952, cria-se o Instituto Brasileiro do Café, destinado a exercer toda a política econômica do produto.

A nova cafeicultura manifesta-se hegemônica nos anos 70, quando os planos de erradicação eliminariam definitivamente os velhos cafezais improdutivos de São Paulo. A cafeicultura em expansão no Paraná instalava-se com base na pequena propriedade cafeeira, com preços de terra baixos.

A política cafeeira voltaria a enfrentar, nos anos 60, o desafio da superprodução: situação de estoques crescentes e custos de manutenção em alta. A política adotada consistia num intenso programa de erradicação de cafezais, visando à ampla reconversão produtiva, com sucateamento de cafezais velhos e improdutivos de várias regiões e sustentação do desenvolvimento de atividades alternativas nessas áreas. A erradicação afetou principalmente os pequenos e médios estabelecimentos das regiões cafeeiras.

Sob o aspecto monetário, a política conseguiu diminuir os gastos governamentais com o setor café. Porém, nos anos 70, houve uma perda progressiva do poder brasileiro no comércio internacional do produto, decorrente das políticas comerciais que resultaram num estímulo para a proliferação de novos concorrentes.

Na década de 70, começa nova fase de estímulos governamentais à plantação de novos cafezais, com a implementação do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais. Este possibilitou a renovação da cafeicultura nacional, além da sua implantação em bases mais racionais através da utilização de uma tecnologia bastante moderna.

A partir de 1973, com a grande geada que destrói parte da cafeicultura paranaense e paulista, os cafezais mudam de rumo. Destruídos devido ao clima, os cafezais se deslocam para o norte, fixando-se no Cerrado Mineiro (antes imprestável para a cafeicultura, mas tornado apto pelo avanço tecnológico), acabando com a supremacia do café do Estado do Paraná.

Essa nova expansão da cafeicultura, iniciada em 1970, é um processo em que novas áreas de cafezais são abertas em ritmo acelerado, enquanto velhas regiões resistem e desaparecem lentamente.

“Trata-se de um processo onde troca-se de região, de cafeicultores e de estrutura logística de comércio que pelo descompasso de velocidades gera uma realidade

heterogênea de cafezais novos e competitivos convivendo com velhos cafezais em degradação, à espera de um fato que os sepulte produtivamente” (Gonçalves, 1997).

Há uma nova superprodução em 1990. Todavia, o fenômeno climático (geadas e seca) realiza o ajuste da estrutura da oferta à demanda. A cafeicultura pós-geada dos anos 90 não apresentou ímpeto de retomada, não realizou corridas de plantio na ausência de políticas nesse sentido. A compreensão da não ocorrência de uma frenética retomada exige o conhecimento de diferenças deste novo café:

- impossibilidade de ciclos expansivos centrados em processos de especulação imobiliária, como ocorreu nas expansões paulistas de Ribeirão Preto e norte do Paraná.
- utilização da moderna tecnologia para formar cafezais mais produtivos, como lavoura de exploração das condições naturais. Em 1989 é criado o selo de pureza da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), buscando melhorar a imagem do café nacional, tanto no mercado interno como no externo.

Em todas as regiões pelas quais o café passou, este não se constituiu como agroindústria, mas sim como estrutura produtora de uma commodity. Atualmente, as características do Novo Café combinam com a necessidade de expansão de uma agropecuária com bases estruturais mais consistentes com a melhoria da distribuição de renda.

Bibliografia fundamental

- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café do Brasil*. Rio de Janeiro: IBC, 1973.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- GONÇALVES, J. S. *Mudar para manter; análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP. IE, 1997. (Tese, Doutorado).
- MORAES, A. C. R. *A fazenda de café*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- TAGLIALEGNA, G. H. F. *Estudo sobre o comportamento do mercado internacional de café nos últimos 50 anos: 1946-1995*. Piracicaba: USP. ESALQ, 1996. <www.coffeebusiness.com.br>